

SEXUALIDADE E RELIGIÃO: UM ESTUDO SOBRE AS ATITUDES SEXUAIS A PARTIR DE DOCUMENTOS DO SANTO OFÍCIO NO BRASIL DOS SÉCULOS XVI E XVII.

Anne Caroline Mariank Alves Scalia, Paulo Rennes Marçal Ribeiro. – Inter-áreas - Ciências Sociais – Departamento de Psicologia - Núcleo de Estudos da Sexualidade NUSEX - Faculdade de Ciências e Letras – Campus de Araraquara.

A sexualidade apresenta-se como um campo do conhecimento de intensa complexidade, sendo impossível falar de questões sexuais sem que observemos a importância da herança cultural transmitida geração após geração. Em permanente estado de mudança, as sociedades vêem os padrões herdados se modificar e se adaptar, resultando em novos comportamentos e atitudes, inclusive aqueles que expressam a sexualidade. No Brasil, desde a Colônia, percebemos relações e influências religiosas nas práticas e valores sexuais, constituindo a Igreja Católica um referencial importante para a historiografia da educação sexual brasileira. Essa influência interferiu inclusive nas representações sociais que muitos historiadores tinham acerca da sexualidade na Colônia, geralmente uma visão de extrema liberdade erótica e libidinosa. Apresentar e discutir, portanto, as práticas sexuais correntes neste período, comparando diferentes tendências, valores e concepções, são importantes para entendermos como se formou a cultura sexual brasileira. Como salienta Ribeiro (2005, p. 02): “Até nossos dias temos quinhentos anos de história, mas a história da educação sexual carece de estudos que resgatem sua especificidade, abrangência e importância”.

Partindo do antagonismo existente entre os jesuítas e os padres seculares e da ação do Santo Ofício da Inquisição no Brasil, o objetivo deste trabalho foi investigar e analisar as concepções acerca da sexualidade e dos comportamentos e condutas sexuais da mulher formados a partir da incorporação de informações e valores adquiridos sob o olhar, regras e relações estabelecidas com orientação da Igreja Católica ao longo do período colonial brasileiro.

Esta pesquisa é de cunho histórico, utilizando-se como procedimentos a pesquisa bibliográfica e a pesquisa documental, realizadas a partir da análise de fontes primárias e suporte teórico fundamentado em autores que desenvolvem estudos sobre atitudes e comportamentos da sociedade colonial brasileira. A primeira etapa da pesquisa bibliográfica foi a leitura exploratória, seguida de uma leitura seletiva dos documentos do Santo Ofício encontrados e que tenham sido elaborados durante os séculos XVI e XVII. Após o estudo destes documentos, procedeu-se à análise do conteúdo das fontes primárias utilizando a técnica de Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977), em que foram criadas as categorias de análise que representam as principais idéias expostas na Colônia no tocante a questões de gênero e às atitudes e comportamentos sexuais.

Depois de feitas as leituras que fazem parte do *corpus* de análise, observamos a preocupação que nossos historiadores tiveram de “inventar o Brasil”, isto é, em descobrir suas supostas raízes históricas, unindo presente e passado, encadeando os processos sociais, políticos e culturais, marcando o horizonte de estudos dos anos vinte e trinta. Quase todos esses autores davam especial ênfase à índole pacífica, acomodada, preguiçosa e imitativa do povo brasileiro. Estes brilhantes estudos, amplamente elogiados e difundidos, tornaram-se lentes através das quais passamos a nos olhar e a reconhecer nossa imagem de brasileiros/as. Curiosamente, é basicamente em torno da dimensão sexual que se produz a referência maior das características que explicam o povo brasileiro, sua índole e sua vocação. O desenvolvimento histórico que se observa ao longo de nossa história está contido, em germe, nesses traços que se constituíram durante o período colonial, nas relações primárias que se estabeleceram na “infância” do Brasil.

Pode-se notar, desta forma, a precária dedicação histórica ao período colonial brasileiro no que tange sobre as religiosidades e documentações, o que não deixa de ser uma lacuna intrigante, posto que o Brasil mantém-se embebido de religião em nossos dias. Talvez por isso, nos últimos vinte e cinco anos os estudos sobre nossos três primeiros séculos têm passado por renovações consideráveis tanto dentro como fora da academia. Apesar das dificuldades de se estudar os documentos dos tempos coloniais, a análise destes “manuais de comportamentos sexuais” fazem germinar reflexões consideráveis que podem começar a encerrar as lacunas entre as quais nossa sexualidade, e nossa educação sexual estão inseridas.

Deve-se atentar, em primeiro lugar, para duas linhas de educação sexual que surgem no Brasil no período pré-colonizador que geram na Colônia duas posições antagônicas em relação às práticas sexuais: uma baseada nos deleites sexuais e a outra trazida pelos jesuítas, que tinham verdadeiro horror pela nudez das índias e à sua liberdade sexual. Desprezavam a poligamia indígena tentando impor seus princípios religiosos sobre a sexualidade dos habitantes da terra Brasil.

Ameríndios luxuriosos, colonos insaciáveis, negros lascivos, mulatas desinquietas, senhores desregrados, sinhás enciumadas, o pecado estava em todas as gentes e lugares. A todos, sem exceção, cabia portanto, intimidar, ameaçar, castigar – foi o que pensaram os seguidores de Trento no ultramar português. Atendendo a tantas lamúrias e apelos, já no primeiro século nossos bispos enviariam visitantes a rastrear os pecados de todos e a puni-los com o rigor da lei eclesiástica. Não tardaria, ainda, para que o célebre Santo Ofício lisboeta, enviasse também ele o seu próprio visitador, acrescentando à intimidação jesuítica o pânico da fogueira inquisitorial. (VAINFAS, 1997, p. 48).

É neste cenário, que em 1591 desembarca em terras brasileiras a Primeira Visitação do Santo Ofício, especializada em investigar, devassar ânimos e comportamentos, descobrir a verdade dos fatos, enfim, demonstrar os erros da fé. Assim, o Visitador e seus deputados, longe de impor regras e ditames morais, acabaram curvando-se à lógica do sistema colonial, pois lhe escapavam completamente a configuração deste sistema e, mais ainda, a prática dos povos indígenas, já em contato há muito com os colonizadores. Mas sua passagem abriu-nos vestígios para a visualização da sexualidade vigente no “trópico”. Dos sete maiores processos realizados na Bahia e em Pernambuco no final do século XVI, quatro são de mulheres, todas cristãs novas, supliciadas, deportadas para a Metrópole ou mortas no cárcere. Vários sodomitas fugiram da Bahia, mesmo esta sendo caracterizada como heresia apenas no Regimento seguinte, ou seja, 1613.

Duas passagens, uma delas caracterizada por confissão ao Santo Ofício, necessitam serem transcritas, por conterem, em si, a essência da sexualidade feminina no final do século XVI e durante todo o século XVII.

Assim ocorreu em certa ocasião, no ano de 1589, quando tentou seduzir a comadre Luíza de Almeida na capela do seu engenho, tencionando saciar-se ali mesmo, sem pedir licença a Deus. Luíza, que tinha então 26 anos, procurou dissuadi-lo alegando que, além de casada, ela era sua comadre, e a Igreja proibia cópulas entre parentes espirituais. Fernão não se fez de rogado, dizendo-lhe com deboche que tanto fazia “dormir carnalmente” com comadre ou qualquer mulher, e que o mais eram carantonhas, medos tolos, e “que com uma bochechada d’água se lavava tudo”. Ainda assim Luíza resistiu, irritando Fernão, que de sedutor transformou-se no prepotente senhor escravocrata: que Luíza copulasse com ele ali mesmo, na Igreja, pois do contrário faria amarrar seu marido numa árvore e dormiria com ela na frente dele. (VAINFAS, 1999, p. 91).

(...) agarrou uma “moça cristã de gentio da terra, virgem”, e a possuiu pelo vaso traseiro, consumando a cópula com poluição (...) contou o fato ao Visitador do Santo Ofício (...) ocasião em que procurou se desculpar dizendo que “errara de vaso” ao juntar-se com a moça, residindo na sodomia a sua culpa. (VAINFAS, 1999, p. 91-92).

A essência sexual feminina durante os dois primeiros séculos de colonização demonstram, desta forma, o universo misógino-racista do seu tempo: negras da terra, mulheres degradadas com as quais se podia copular a vontade que Deus não se ofenderia por isso, eis o que pensavam os lusitanos da Colônia. E, mulheres brancas que respeitavam os valores e a moral ditados pela Igreja ao mesmo tempo em que se mantinham submissas ao poder de homens por conta do medo. Sozinhas e esquecidas, estas mulheres não encontraram margem para denunciar ou se expressar, porém, nem por isso deixaram de ser estigmatizadas pelo olhar dos que por aqui passaram, principalmente as índias, que ganharam um lugar de destaque nas páginas dos processos do Santo Ofício e no construto literário seicentista europeu. Se a misoginia cristã

explica a ligação da imagem feminina à perversão desde Eva, a teoria da degeneração permitiu entender as características atribuídas às velhas índias canibais.

Desta forma, não somos constituídos por uma nação onde o pecado era permitido, como nos fizeram crer alguns belos trabalhos do início do século XX, somos constituídos por uma nação incompreendida aos olhos dos “outros”, mais do que isso, somos uma nação “forjada”, construída pelo imaginário quinhentista europeu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Fontes Impressas

a) *Fontes inquisitoriais:*

Regimento do Santo Officio da inquisicam dos Reynos de Portugal. Recopilado pó mandado do Illustrisimo, & Reverendíssimo Senhor, Dom Pedro de Castilho Bispo, Inquisidor Geral, e Visorey dos Reynos de Portugal. Impreso na Inquisição de Lisboa por Pedro Crasbecck, Anno da Encadernação do Senhor de 1613.

Regimento do Santo Officio da Inquisição dos Reynos de Portugal. Ordenado com o real beneplácito, e régio auxilio pelo Emminentissimo Senhor Cardeal da Cunha, dos Conselhos de Estado e Gabinete de Sua Majestade e Inquisidor Geral nestes Reynos e em todos os seus domínios. Impresso em Lisboa, na Officina de Miguel Manescal da Costa, Anno de 1774.

A Inquisição em Portugal e no Brasil: subsídios para a sua história, por Antônio Baião Diretor do Arquivo Nacional da Torre do Tombo e sócio efetivo da Academia das Sciencias de Lisboa, **A Inquisição no século XVI**, Edição do Arquivo Histórico Português, 1906.

b) *Histórias e crônicas de viagem – séculos XVI e XVII:*

LÉRY, Jean de. **Viagem à terra do Brasil.** Belo Horizonte/São Paulo, Itatiaia/Edusp, 1980.

SOUZA, Gabriel Soares de. **Tratado descritivo do Brasil em 1587.** 4ª ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1971.

STADEN, Hans. **Primeiros registros escritos e ilustrados sobre o Brasil e seus habitantes (século XVI).** São Paulo: Editora Terceiro Nome, 1999, 2ª parte, p. 88-117.

Bibliografia

Livros e artigos

ABREU, João Capistrano de. **Capítulos da história colonial (1500-1800).** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1976.

ARAÚJO, Emanuel. A arte da sedução: sexualidade feminina na colônia. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004, p. 45-77.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo,** Lisboa: 70, 1977.

FREYRE, Gilberto. **Casa grande e senzala.** Rio de Janeiro: Schmidt Editor, 1936.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil.** Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

RAMINELLI, Ronald. Eva Tupinambá. In: DEL PRIORE, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil.** São Paulo: Contexto, 2004, p. 11-44.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. A sexualidade na história. In: **RIBEIRO**, Paulo Rennes Marçal (org.). **Sexualidade e educação sexual: apontamentos para uma reflexão**. São Paulo: Laboratório Editorial Unesp/Araraquara; Cultura Acadêmica Editorial, 2002 , p. 9-16.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Os momentos históricos da educação sexual no Brasil. In: **RIBEIRO**, Paulo Rennes Marçal (org.) **Sexualidade e educação: aproximações necessárias**. São Paulo: Arte & Ciência Editora, 2004, p. 15-25.

RIBEIRO, Paulo Rennes Marçal. Por minha culpa, minha culpa, minha máxima culpa... a educação sexual no Brasil nos documentos da inquisição dos séculos XVI e XVII. In: **Anais da 28ª Reunião Anual da ANPED**. 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pós-graduação em Pesquisa em Educação, 2005.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.

VAINFAS, Ronaldo. **A heresia dos índios: catolicismo e rebeldia no Brasil colonial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

VAINFAS, Ronaldo. Homoerotismo feminino e o Santo Ofício. In: **DEL PRIORE**, Mary (org.) **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2004, p. 115-140.

Bolsa: CNPq/PIBIC